

## ESPAÇOS RURAIS COMO ESPAÇOS TURÍSTICOS Reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal

Manuela Ribeiro

### Introdução

Em Portugal, o desenvolvimento do turismo começou a desenhar-se a partir de finais dos anos 50, com base em produtos muito específicos, desde logo e por ordem decrescente de importância: o sol e praia; as cidades e monumentos; e os centros religiosos<sup>1</sup>. O litoral, em especial o litoral algarvio, a costa e a área metropolitana de Lisboa, a cidade do Porto, a ilha da Madeira e Fátima preencheram, assim e quase em exclusivo, o desenho da geografia dos destinos turísticos do país, na qual, aliás, ainda hoje detêm o predomínio absoluto.

A procura de destinos alternativos aos convencionais que, nos últimos anos, se tem vindo a esboçar, em resultado sobretudo de mudanças socioculturais entretanto registadas, apesar das inequívocas tendências de afirmação que revela, tem, de facto, uma expressão ainda muito incipiente e muito modesta, que a deixam a uma incommensurável distância das opções clássicas dominantes.

No âmbito dessas novas procuras e bem assim da generalizada convicção sobre os contributos que o turismo pode dar à superação dos graves problemas socioeconómicos que pesam sobre os meios rurais em geral e em especial sobre os das regiões ditas desfavorecidas, os espaços rurais têm vindo a ser, progressivamente, incorporados na categoria de espaços de turismo. E hoje em dia, o turismo em espaço rural (TER) é mesmo já considerado um dos segmentos mais dinâmicos e mais interessantes do turismo nacional, para além de se ter tornado numa prescrição obrigatória, um *must*, de todo e

---

<sup>1</sup> Este texto corresponde a uma versão revista e ampliada da comunicação apresentada aos participantes no Curso de Verão "Ambiente, ruralidade e desenvolvimento sustentável", patrocinado pela Associação das Universidades da Região Norte, que decorreu na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, de 8 a 12.07.2002.

qualquer plano de desenvolvimento rural, parta ele de instâncias comunitárias, nacionais, regionais ou locais.

Neste texto, centrar-me-ei, mais especificamente, na construção da oferta de turismo em espaço rural em Portugal, na esteira, aliás, da tese enunciada por Suzanne Thibal, Secretária Geral da Euroter<sup>2</sup>, de que "tourism in rural areas is first and foremost a matter of supply" (Thibal, 1996: 95).

Neste sentido, tratarei, sequencialmente, de identificar algumas das referências que mais directamente têm in(en)formado a dita construção, sublinhar a acção decisiva e determinante que nela tem tido a Administração Central e tecer alguns comentários acerca do perfil dos titulares desta oferta. Por razões que se acharão no texto que se segue, o subsector do alojamento é o principal objecto das reflexões que aqui desenvolvo.

### **Factores subjacentes à conversão dos espaços rurais em espaços de turismo**

Os vários estudos feitos, quer em Portugal, quer noutros países, europeus e não só, relevam a coincidência de múltiplos e variados factores, na emergência e crescente afirmação do turismo em espaço rural, ao longo das últimas duas/três décadas. No seu conjunto, tais factores aparecem estreitamente associados às mudanças induzidas e/ou acentuadas, entre outros, pelo imparável processo de globalização que varre o mundo, mudanças que, no essencial, se reportam à transformação qualitativa e simultânea das relações de produção, das relações de poder, da experiência humana e da cultura (Silva, 2001) e mesmo autor, de que o momento actual, representa "um cambio de época, no uma simple época de cambios".

Parte integrante e dimensão particularmente visível destes processos, a reestruturação, em curso, de modelos, de perspectivas, de paradigmas, de sistemas de valores, de ideias e de representações, tem vindo a suscitar uma (curiosa) tendência de reabilitação e revalorização social da ruralidade. E o turismo constitui, seguramente, uma das mais explícitas e demonstrativas traduções de tais tendências.

Largamente configurado como crítica ao modelo urbano-industrial dominante de sociedade e seus valores, como expressão de sentimentos anti-urbanos, este movimento de revalorização do mundo rural dá, em grande medida, corpo à necessidade de encontrar contrapontos, antídotos e compensações, face à crescente artificialidade, insegurança, estandardização, impessoalidade, saturação, dos modos e contextos de vida urbanos. Como Oscanoa

(1998: 1) reconhece, "Los que habitamos en las 'ciudades modernas', vivimos en un ambiente de tensión, violencia, coacción, incommunicación, contaminación y otros males que afectan nuestros comportamientos cotidianos. Vivimos en un estado creciente de estres".

Rápida e amplamente reproduzidos ao nível dos destinos turísticos tradicionais de massas, estes malefícios inspiram nos cidadãos sentimentos nostálgicos pelos meios rurais, crescentemente representados como última reserva do que se suspeita ter-se perdido, do que se perdeu, ou do que está em vias de se perder, na cidade e nos modos de vida que ela engendrou — a estabilidade, a continuidade, a autenticidade, a tranquilidade, a diferença, a humanidade, a continuidade, o contacto com a Natureza, os seus ritmos, sons e cores, organização das relações, o contacto com a Natureza e do crescimento económico enfim, tudo aquilo que a volúpia da modernidade e do crescimento económico foi fazendo desaparecer e/ou esquecer. De ressaltar, desde já, que boa parte das representações dos meios rurais que hoje povoam o imaginário dos urbanos, remete claramente para os domínios da mitologia e do simbólico, mais do que para as suas realidades, um processo grandemente alimentado pelos meios de comunicação social<sup>3</sup> e pelo *marketing* que, como Rodrigues (1998: 88) sublinha, estimulam incessantemente a necessidade de retorno a uma vida bucólica, e "prometem o reencontro da autenticidade, do *savoir-faire* das gerações antigas... e principalmente a relação íntima com a Natureza onde se imagina que viva a sabedoria e a paz dos valores, a permanência dos laços e a produção lenta do tempo".

A generalização do conhecimento e da consciência dos valores ambientais, inscrita na sequência da constatação e contestação dos resultados da lógica eminentemente mercantilista do desenvolvimento, vem também dando um impulso considerável à reorientação, seja por mero efeito de moda ou por convicção real, da procura turística para novos produtos e destinos, com particular destaque para os meios rurais, primeiros e em grande parte exclusivos detentores de recursos naturais significativos — ar puro, paisagens singulares, água limpa, biodiversidade, entre outros — e principais responsáveis pela sua manutenção e conservação.

Ainda no plano ideológico, é notório e reconhecido que a crescente apetença turística dos urbanos pelos meios rurais, é também tributária da maior sensibilidade actualmente existente, às questões ligadas à saúde e bem assim, de padrões emergentes de estética corporal, focalizada numa quase obsessiva procura de um corpo são e esbelto, numa combinação de saúde e forma física, tendo por base uma alimentação supostamente "natural", o desfrute de ambientes físicos não poluídos e exercício físico — caminhadas, actividades desportivas cada vez mais radicais, participação em trabalhos agrários.

3. Incluinto um crescente número de periódicos e revistas de turismo, de viagens, de aventura, de lazer, etc.

Para além destes factores, à procura cada vez maior do turismo em espaço rural, associam-se igualmente outros de cariz mais objectivo, aonde, e citando um documento da Direcção Geral do Turismo (DGT, 1998), se incluem os níveis crescentes de instrução da população, o aumento dos tempos livres e as novas tendências de gestão do usufruto dos mesmos — férias repartidas — a melhoria das infra-estruturas de acesso e das comunicações.

Mas o desenvolvimento do TER tem também vindo a ser fortemente impulsionado no quadro das novas concepções do desenvolvimento rural, que partindo da redescoberta da multifuncionalidade dos espaços rurais em geral e da agricultura em particular, claramente definem a diversificação económica, assente, até aonde for possível, na valorização de recursos materiais e imateriais endógenos, como estratégia a privilegiar, para, de forma sustentada, se lograr reverter o sentido, perigosamente negativo, dos caminhos que muitos meios rurais, e em especial os das zonas mais deprimidas, têm vindo a (ser obrigados a) fazer, ao longo das últimas décadas.

E, neste quadro de objectivos e medidas de política de diversificação económica, o turismo vem sendo considerado pelas Administrações Públicas, como uma das melhores apostas, desde logo pela observação das novas opções que se registam no campo da procura turística e das oportunidades que, teoricamente, por via delas se abrem à valorização de potencialidades naturais e socioculturais locais, algumas até agora completamente ociosas.

As possibilidades de expansão da actividade económica rural para fora dos limites estritos da produção agrícola, andam, no entanto e como é evidente, em grande parte, subordinadas à continuação e estímulo desta mesma função, à qual se religam por incontornáveis e conhecidas relações de complementaridade. A exploração de tais possibilidades, nomeadamente através da construção de uma oferta de serviços de ócio, lazer e turismo, induzirá o reforço do emprego existente e a criação de novos tipos de postos de trabalho, a dilatação das fontes e dos níveis de rendimento, o acréscimo das receitas fiscais, condições que não sendo suficientes são, garantidamente, necessárias para promover a atractividade destes meios aos olhos de quem lá quer ou lá tem de viver e trabalhar.

De absolutamente ausente dos planos e propostas de desenvolvimento rural, de há menos de vinte anos atrás, o turismo passou assim a prioridade da maioria dos que, hoje em dia, são delineados e implementados, uma manobra que deve tudo à forte crença nas suas virtualidades como “mecanismo capaz de gerar uma dinâmica interna que permita revitalizar la economia de estas zonas y evitar su despoblamiento” (Fernandez, 1997: 165).

As convicções assim expressas têm alimentado e ainda continuam a alimentar, sobretudo ao nível das várias agências da Administração Pública, a formação de olhares marcadamente optimistas sobre o binómio turismo-desenvolvimento rural (Ribeiro e Mergulhão, 1999; Joaquin, 1999), olhares que, aliás, encontramos abundantemente repetidos por toda a Europa e não só,

por onde, nas palavras de Talavera (2002: 14), se passou a considerar o turismo "como el nuevo maná venido del cielo, proveyendo de oportunidades de empleo y negocio a las comunidades rurales".

No entanto, e desde já adiantamos que estudos vários sobre o assunto (Umbeino, 1997; Robalo, 1998; Ribeiro e Marques, 2002; Fransotti, 2002), têm sucessivamente, vindo a revelar o carácter excessivo daquele optimismo. Uma visão mais realista e mais temperada da relação em análise, terá seguramente de incorporar a advertência, formulada em 1996 por De Poel, de que "le tourisme ne peut pas sauver la vie rurale, en revanche la vie rural ne peut être sauvée sans le tourisme". Para além do mais, esta formulação leva também implícito o já velho, quase gasto, mas, na prática, escassamente atendido princípio, de que a realização dos objectivos de diversificação económica, e em última instância, de desenvolvimento rural, passa necessariamente pela integração e a articulação de estratégias variadas, distribuídas por múltiplos domínios<sup>4</sup>.

#### **A construção da oferta de turismo em espaço rural: sobre o papel-chave da Administração Central na sua configuração e desenvolvimentos**

Em Portugal, a configuração e os desenvolvimentos temporais da oferta de TER levam inscrita a marca indelével da Administração Central, mais em particular da DGT, a quem não há como deixar de reconhecer o papel decisivo e voluntarista que tem tido na moldagem deste subsector, a ponto de não parecer abusivo argumentar-se que a oferta de TER em Portugal tem sido, em grande medida, construída de cima para baixo, ou afirmar-se mesmo que o TER em Portugal tem sido o que a DGT tem entendido que ele deverá ser.

Tudo terá, com efeito, começado, com a tentativa empreendida em meados dos anos 70, sob os auspícios desta Direcção-Geral, visando incentivar, a título experimental, um grupo de proprietários de solares de algumas regiões do país (Minho, Alentejo) a disponibilizá-los para alojamento turístico, em troca da concessão de um apoio financeiro à sua recuperação e adaptação. Na senda deste primeiro impulso, são pela primeira vez, lançados no mercado turístico, quartos em moradias particulares, sob a designação de *turismo de habitação*, um produto novo que o Dec.-Lei n.º 14/78 de 12 Maio, vem regulamentar, definindo-o como "forma de alojamento turístico que consiste no

<sup>4</sup> Apesar de, nesta altura, o teor deste tipo de comentário soar inequivocamente a redundância, a argumentação estatada, ainda assim insistimos na sua pertinência e destacamos, dentre muitas outras similares, a afirmação de Cuesta (1996: 51), de que o turismo "se debe contemplar como una contribución a la economía rural, pero en ningún modo como un fin en si mismo".

aproveitamento de quartos em casas particulares, com vista a ampliar a capacidade de alojamento onde não existem estabelecimentos hoteleiros ou estes são insuficientes”<sup>5</sup>. Esta definição espelha eloquentemente a natureza turística das premissas que, na altura, levaram a DGT a mobilizar esforços e a canalizar recursos para a abertura e adaptação de casas particulares ao turismo, no interior do país. É que, à excepção de algumas pequenas bolsas locais, o interior apresentava-se, por então, confrangedoramente desprovido de meios de aco-lhimento turístico, que eram monopólio do litoral, mais procurado e mais desenvolvido.

O *turismo de habitação*, que podemos considerar como a base da genealogia do TER em Portugal, corresponde assim e nos termos da própria lei, a “uma expressão que designa uma fórmula de actividade turística ainda que de natureza experimental no nosso país e que compreende como elemento essencial a exploração de interesse turístico de uma casa de habitação pelo seu proprietário ou representante — o dono da casa”.

Em 1984 e quando as casas candidatas à conversão ao *turismo de habitação* já somavam cerca de 50, são publicadas as normas de acesso a esta denominação, de classificação das unidades dentro do sector e respectivo objecto (Dec. -Lei n.º 251/84, de 25 de Julho). De acordo com esta nova legislação, *turismo de habitação* designa uma “modalidade especial de actividade turística que consiste na exploração de quartos existentes em casas, isoladas ou inseridas em núcleos habitacionais, que sirvam simultaneamente de residência aos respectivos donos”. Tal actividade pode, contudo, ser levada a cabo, em dois tipos de casas, a saber:

- “edifício apalaçado, ou moradia unifamiliar com valor arquitectónico, e recheio de qualidade” (modalidade A);
- “edificação localizada em meio rural, de natureza rústica ou de características regionais evidentes e com mobiliário e decoração adequados” (modalidade B).

Como elemento definidor deste novo produto turístico, a lei fixa, textualmente, a exigência de um “acolhimento personalizado e familiar dos hóspedes em ambiente tradicional português”, uma exigência que, apesar das perplexidades e embaraços que a clarificação dos conteúdos objectivos de “um ambiente tradicional português” concita, acabou convertida em imagem de marca e principal traço diferenciador da sua oferta.

O ano da entrada de Portugal na então chamada Comunidade Europeia, 1986, marca, também por este facto, e mais em concreto pelas portas que ele abre aos respectivos fundos estruturais, uma viragem decisiva na história

da construção da oferta de TER, um conceito e uma designação que só nesse ano foi cunhado e legalmente instituído, no âmbito da publicação do Plano Nacional de Turismo (PNT). O espaço rural é, assim, pela primeira vez, expressamente consagrado como espaço de turismo, de um turismo que sendo novo, se materializa como um produto distinto, em (quase) tudo, dos que dominam o mercado.

O quadro legislativo saído do PNT (Dec. /Lei n.º 256/86), define o TER como “actividade de interesse para o turismo, com natureza familiar, que consiste na prestação de hospedagem em casas que sirvam simultaneamente de residência aos seus donos”. Assim delimitado, o TER incorpora e dá continuidade aos pressupostos, à filosofia e à experiência do até aqui designado *turismo de habitação*, muito em especial no que respeita à imposição de elevados padrões de qualidade dos edifícios e do seu recheio. Correntemente, os que os propõem e também muitos daqueles que os reúnem, justificam tais padrões, com base no princípio de que o nível elevado da oferta ditará o nível elevado da procura, e de que este constitui, por sua vez, a melhor garantia de realização do objectivo da sustentabilidade, ou seja, de manter o crescimento da procura dentro de limites moderados, ajustados à capacidade de carga destes destinos, e ainda assim realizar satisfatoriamente as expectativas económicas para o sector. No entanto, pela altura a que a lei o coloca, o patamar das exigências fixadas às características que a oferta de TER deve comportar, fecha desde logo à esmagadora maioria das famílias rurais portuguesas, o acesso ao exercício desta actividade, uma situação denunciada, entre outros, por Cavaco (1995: 389) que sustenta que “o TER... anima a elaboração de uma oferta de alojamento e equipamentos complementares, com conforto e qualidade, que escapa aos pequenos agricultores”.

O quadro legislativo de 1986 recupera, igualmente, a tónica no carácter familiar e personalizado da relação hospedeiro/hóspede, salvaguardado por um conjunto de normas relativamente detalhado (Dec. Reg. N.º 5/87, de 14 de Janeiro), quanto ao limite máximo de quartos por unidade, à prestação do serviço de refeições, ao acesso aos espaços e zonas comuns das casas, às obrigações dos anfitriões no campo do convívio e dos apoios informativos aos hóspedes.

A definição do TER retoma também a focalização exclusiva da concepção do produto na vertente do alojamento, que a partir de agora passa a integrar as modalidades de *turismo de habitação*, *turismo rural* e *agro-turismo*<sup>6</sup>.

Tomando, embora, como referência a finalidade genérica enunciada no PNT, de “melhoria da qualidade de vida dos portugueses”, a legislação de 1986 aponta, peremptoriamente, como objectivos a visar pelo fomento do turismo nas zonas rurais, “a protecção e valorização do património cultural, de que a arquitectura regional é expressão de grande interesse turístico”. Esta orientação preponderantemente patrimonial da política de turismo para as áreas rurais é, de resto, integralmente partilhada e acolhida pelos promotores

da primeira associação do sector, a TURRHAB, fundada em 1983, em Ponte de Lima, como consta de um texto sobre a história desta Associação de proprietários<sup>7</sup>, no qual se afirma que “o maior objectivo da TURRHAB, quando se formou, era a preservação dos magníficos Solares da região, bem como a sua tração e cultura”.

Decorreriam ainda mais dez anos até as preocupações com o desenvolvimento rural serem explicitamente assumidas como um dos objectivos a implementar ao turismo, o que veio a ser formalizado no Dec. -Lei n.º 169/97, de 4 de Julho, em cujo preâmbulo se declara a pretensão de “revitalizar e desenvolver o tecido económico rural, contribuindo para o aumento do rendimento das populações locais e criando condições para o crescimento da oferta de emprego e fixação das ditas populações”.

Na sequência deste novo enquadramento legislativo, o TER passa a ser conceptualizado como o “conjunto de actividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural”.

O alargamento explícito do conceito de TER aos domínios da animação não será certamente alheio ao reconhecimento da necessidade de criar e desenvolver ofertas complementares ao alojamento, que por então rondava já as 500 unidades em todo o país. Através destes complementos visava-se, em primeiro lugar, induzir e promover a dilatação da permanência média dos turistas, que mostrava (e continua, aliás, a mostrar) uma grande resistência a descolar dos dois/três dias.

Tendo como pano de fundo esta intenção, e com ela a de reforçar as possibilidades de ampliação das receitas do turismo, o texto legal institui, de facto, como parte integrante do turismo no espaço rural, e passamos a citar “as actividades de animação ou diversão que se destinem à ocupação dos tempos livres dos turistas e contribuam para a divulgação das características, produtos e tradições das regiões, designadamente o seu património, natural, paisagístico e cultural, os itinerários temáticos, a gastronomia, o artesanato, o folclore, a caça, a pesca, os jogos e os transportes tradicionais”.

6

*Turismo de Habitação* (TH): aproveitamento de casas antigas de tipo solar, casa apalaçada ou residência de reconhecido valor arquitectónico, com dimensões adequadas, mobiliário e decoração de qualidade; *Turismo Rural* (TR): aproveitamento turístico de casas rústicas com características próprias do meio rural em que se insere, situando-se em aglomerado populacional ou não longe dele; *Agro-Turismo* (AT): utilização de casas de habitação ou seus complementos integrados em explorações agrícolas, caracterizando-se por algum modo de participação dos turistas, nos trabalhos da própria exploração ou em formas de animação complementares.

A TURRHAB, 19 Anos ao serviço do Turismo no Espaço Rural. (<http://www.turhab.pt/pt/inicio.html>, em 10.07.2002).

7

Para além disso, a legislação de 1997 alarga também o âmbito do alojamento de TER a dois novos tipos, o *Turismo de Aldeia* e as *Casas de Campo*<sup>8</sup>, modalidades em relação às quais, a lei é comparativamente menos exigente, em termos de edificações, decoração e mobiliário. Estas duas novas modalidades terão, teoricamente, correspondido a uma estratégia de diversificação da oferta, para satisfazer a diversidade da procura. Tendo, todavia, em consideração a nula representatividade da primeira e a modéstia dos números da segunda, nas estatísticas do sector (quadro 1, em anexo), somos levados a admitir que o franqueamento dos selectos umbrais do TER a estes dois tipos, por assim dizer, mais populares de alojamento, terá tido mais a ver com a necessidade de responder a pressões significativas na conjuntura político-social da altura<sup>9</sup>, do que com uma convicção genuína do legislador sobre o valor que eles poderiam acrescentar à oferta existente.

Paralelamente às cinco modalidades de alojamento de TER que consagra, a legislação de 1997 prevê também como empreendimentos turísticos no espaço rural, os hotéis rurais e os parques de campismo rurais. A mais recente produção legislativa sobre o TER (Dec. -Lei n.º 54/2002, de 11 Março) procede, entre outros, ao agrupamento sob a mesma designação de empreendimentos turísticos no espaço rural, de todas as formas de alojamento até aqui referenciadas.

### **Elementos de caracterização da oferta de alojamento de turismo em espaço rural**

Nascida há pouco mais de vinte anos, a oferta de alojamento de TER tem vindo sistematicamente a crescer, por todo o país, e muito especialmente na região Norte, como mostram os números do quadro 1 e do quadro 2, inseridos em anexo. Este crescimento deve-se, fundamentalmente, à inegável generosidade dos apoios financeiros, que ao longo destes anos, o governo, no âmbito dos fundos estruturais da União Europeia, tem disponibilizado para o sector. Os vários programas criados para o efeito, têm proporcionado, aos titulares das casas, condições de financiamento praticamente únicas e irrecusáveis — com largas margens de fundo perdido e/ou a juros bonificados — para a recuperação das mesmas. Como contrapartida, os beneficiários destes apoios

8 *Turismo de Aldeia* (TA): o serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo cinco casas particulares, situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores; *Casas de Campo* (CC): casas particulares situadas em zonas rurais que prestem um serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores.

9 Como poderia, eventualmente, ter sido o caso de Associações Locais de Desenvolvimento, envolvidas na implementação do Programa LEADER.

comprometem-se a manter, por um período mínimo de dez anos, a casa afectada ao acolhimento de turistas.

Por via dos apoios ao investimento que tem merecido e absorvido, o TER tem inequivocamente representado uma solução muito efectiva para a recuperação de um significativo património arquitectónico e histórico do país, e não andará longe da verdade os que afirmam que, neste plano, os seus efeitos são bem mais evidentes, do que os produzidos no campo estritamente empresarial. Assim sendo, é também plausível argumentar-se que, numa perspectiva meramente económica, os benefícios privados do TER ultrapassam os que dele decorrem em termos sociais. Dito por outras palavras, mesmo admitindo como desígnio social, a recuperação e a conservação patrimonial levadas a cabo no âmbito do TER, e os incentivos financeiros que a este têm sido atribuídos, não há como escanotear que são de facto os proprietários das casas e respectivas famílias, quem mais directa e imediatamente aproveita e usufrui de tais intervenções. A investigação realizada sobre estas matérias tem, de resto, coincidido na conclusão de que “a recuperação e conservação do património pessoal e familiar representa a motivação claramente dominante no envolvimento com o TER” (Joaquim, 1999: 308).

A estratégia patrimonial terá, de facto, prevalecido ao longo destes anos, sobre a empresarial, um argumento que colhe amplo reconhecimento mesmo entre os proprietários, como revelam as afirmações a seguir transcritas, pronunciadas por dois intervenientes num Encontro recente sobre TER<sup>10</sup>:

Devo dizer-lhes que quando a minha mulher e eu nos iniciámos neste caminho do Turismo de Habitação, fizemos, por uma questão de prudência, visitas a várias casas pelo país inteiro, com mais incidência no Norte, como era lógico. Em todas fomos magnificamente recebidos... e devo também dizer-lhes, sem que isto constitua qualquer espécie de crítica, mas apenas a constatação de um facto, que em quase todas fiquei com a sensação de que os donos encaravam o Turismo de Habitação como uma actividade menor, ou se quiserem, secundária. Faziam o Turismo de Habitação, porque tendo ido buscar uns dinheirinhos ao Fundo de Turismo, ficavam na obrigação de dar seguimento àquilo. Mas investir tempo e dinheiro, não. (Proprietário, Pimentel, 2001: 60)<sup>11</sup>.

Eu e minha mulher, a quem mais directamente compete gerir a nossa unidade de Turismo de Habitação... já tivemos experiências excelentes. A melhor delas todas foi uma noite que passámos no Turismo de Habitação do... Realmente o nível de profissionalismo é excelente. Uma outra experiência... passada na

10 *Turismo em Espaço Rural*, organizado pela Associação Portuguesa de Management (APM), em parceria com a Associação dos Amigos de Pereiro (AAP), S. João da Pesqueira, 8.04.2000.

11 A ênfase é nossa.

região do Minho, foi aquela em que nos foi dito “que maçada esta, estarmos à espera que os dez anos passem”. Os dez anos são o compromisso com o Fundo de Turismo no sentido de manter as instalações abertas... Portanto, experiências muito boas e muito más. Quero dizer, experiências de pessoas que acabaram por encarar o Turismo de Habitação como uma actividade profissional... e experiências de pessoas que aproveitaram o *Turismo de Habitação para reconstituir patrimónios familiares*. (Proprietário, Simões, 2001: 71-72)<sup>12</sup>.

São, aliás, claramente reconhecíveis as demarcações que aquelas duas estratégias operam relativamente a particularidades de perfil e de comportamento dos promotores. Assim, a estratégia empresarial aparece preponderantemente adoptada por indivíduos mais jovens, muitos dos quais acham no TER a via para rentabilizarem patrimónios que receberam e/ou não-de vir receber por herança familiar e, através dela, construírem as oportunidades ocupacionais e profissionais que o mercado de trabalho para onde apontavam os percursos académicos que concluíram ou que deixaram a meio, tarda em lhes conceder. Distinguem-se também porque, enquanto os que perfilham esta estratégia fazem de tudo para ter hóspedes, adoptando com esse fim, posturas claramente pró-activas, os outros fazem muito pouco ou quase nada, limitando-se, em regra, a reagir à iniciativa da procura ou às solicitações incontornáveis das instituições de tutela<sup>13</sup>.

Curiosamente e de certo modo na sequência desta dualidade de atitudes face às respectivas unidades de TER, os proprietários diferenciam-se também pela forma como avaliam o potencial económico da actividade turística. Assim e tendencialmente, os que designámos como “patrimonialistas” invocam insistentemente e recorrentemente os elevados custos financeiros de manutenção e funcionamento destas casas, para justificarem os magros, quando não mesmo nulos, proventos que dizem retirar da actividade. Ao contrário, os que a encararam com espírito empresarial, sem deixarem de reconhecer a relevância dos ditos custos, ainda assim e por norma, avaliam positivamente os seus resultados, como confirmam as palavras dos proprietários, a seguir citados:

12 A ênfase é nossa.

13 Pesem embora as muitas e sérias reservas com que deve ser tomada, a taxa de ocupação das unidades de alojamento de TER, que em 2000, andou pelos 13,2%, alguma coisa reflectirá desta inércia cultivada pelos proprietários deste grupo. Vale a pena, em apoio desta tese, invocar aqui o testemunho do próprio Director do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, que, sem perder de vista que o baixo nível da taxa de ocupação dos *Turismos Rurais*, pode ser, em boa parte, imputável a um problema estatístico de recolha de dados, não hesita em admitir “também que estamos perante uma situação que revela um claro desperdício de capacidade produtiva instalada” (Silva, 2000: 88).

Tenho várias vezes ouvido, e até por parte de pessoas com alguma responsabilidade que o Turismo de Habitação não é rentável. Contrariando o fado português, devo dizer-lhes que, pelo menos no meu caso, é rentável (Proprietário, Pimentel, 2001: 59).

Tenho muito orgulho em dizer que os investimentos que, nos últimos anos, venho fazendo na reparação e adaptação da quinta ao acolhimento de turistas, tem sido todo financiado com o que tenho ganho na actividade.... Comparativamente, o meu sector [turismo] tem apresentado melhores resultados que o do meu marido [vivínicultural]. Temos contabilidades separadas que comprovam que a minha “empresa” é relativamente mais bem sucedida do que a dele (Proprietária, Ana<sup>14</sup>, em entrevista realizada em Julho de 2002).

Comum a todos eles é, porém, a sua pertença a estratos sociais elevados, revelada, entre outros, nos elevados níveis de formação académica e de qualificação profissional de que são portadores (Joachim, 1999; Ribeiro e Marques, 2002; Kastenholz, 2002). Este facto não é, de todo, surpreendente. Bem pelo contrário, é apenas o corolário lógico do *tom* dos requisitos fixadas por lei, quanto à natureza e à qualidade dos imóveis a afectar ao TER e do seu correspondente recheio e quanto às *habilidades* que os seus proprietários devem reunir para o desempenho do papel de anfitriões de turistas, de que são exemplo, a indicação de línguas estrangeiras faladas e “estar apto a fornecer informações sobre o património turístico, natural, etnográfico, cultural, gastronómico e paisagístico da região” (Dec.-Reg. n.º 13/2002 de 12 de Março, n.º 2 do art.º 8.º).

Por tudo isto se tem tornado evidente que, como refere Moreira (1994, citado por Kastenholz, 2002: 62), “the diffusion (of rural tourism in the form of TER)... started by the top of the pyramid and is far from extending to... the basis... to those who most need (its benefits), the small and medium farmers”.

A única, mas ainda assim relativa, surpresa que ressalta da composição do perfil dos proprietários de unidades de TER, é a significativa representatividade das mulheres como titulares destes empreendimentos. Contrariando o que tem sido comum nos sectores empresariais mais tradicionais, as mulheres representam cerca de 37% do total dos titulares formais das unidades de alojamento TER, licenciadas pela Direcção Geral do Turismo<sup>15</sup>. Estes valores

<sup>14</sup> Trata-se dum pseudónimo, para salvaguarda do anonimato inerente à recolha de dados por entrevista.

<sup>15</sup> Números relativos a 2001, extraídos de DGT (2002), “Turismo no Espaço Rural”, Guia Oficial. De acordo com os dados constantes desta fonte, a titularidade dos empreendimentos de TER apresentava a seguinte distribuição: 48,4% homens; 36,5% mulheres e 15,1% sociedades.

percentuais, são por si mesmos, sugestivos do dinamismo e do protagonismo que as mulheres portuguesas vêm detendo nas actividades de acolhimento turístico em espaço rural, uma situação que é, de resto, comum a muitos outros países (Valiente e García Ramon, 1995; Bouquet e Winter, 1987).

A taxa de feminização da titularidade dos estabelecimentos de TER prende-se, inquestionavelmente, com o facto de um grande número de tarefas, directa e indirectamente ligadas ao acolhimento e atendimento de turistas, se inscreverem numa linha de continuidade com as que os padrões vigentes de divisão do trabalho por sexos lhes atribuí quase a título de exclusividade.

Outra particularidade que ressalta da análise das características predominantes dos agentes da oferta de alojamento de TER, é o nível médio de idade que eles apresentam e que, de acordo com um estudo recente (Kastenholz, 2002: 62), se situa à volta dos 55 anos. A explicação deste dado, embora apele a uma multiplicidade de factores, indicia de todo o modo, a importância no sector da presença dos que designo como “reformados enxutos” (Ribeiro, 2001), isto é, indivíduos que se retiram da actividade profissional principal a que dedicaram uma vida de trabalho, em condições etárias e de saúde suficientemente satisfatórias para se envolverem em projectos que lhes preenchem o tempo liberado. Lhes realizem sonhos e aspirações antigas e lhes rentabilizem os patrimónios imobiliários e financeiros que possam ter angariado. Respaldados por rendimentos seguros das pensões e de outras fontes, constituem de facto um segmento significativo do acolhimento de TER, ao serviço do qual põem importantes talentos: conhecimentos sobre a história, a cultura e etnografia das suas regiões; grande disponibilidade de tempo para o atendimento personalizado dos seus clientes; as capacidades e as habilidades de relacionamento social apuradas ao longo de dezenas de anos de exercício profissional, etc.

### Algumas notas para concluir

A história ainda relativamente curta e aqui brevemente ensaiada, da construção da oferta de TER em Portugal, destaca entre outros, o facto de as orientações oficialmente traçadas e impostas em relação aos seus contornos e aos seus conteúdos, terem seleccionado como protagonistas-alvo daquela oferta, indivíduos e famílias social e economicamente favorecidas, dispondo, na maioria dos casos, de várias fontes e de montantes de rendimento suficientemente elevados para não dependerem ou sequer necessitarem das receitas que a actividade turística pode gerar. Não encaram, portanto, o TER como um negócio que é preciso fazer render, mas como um meio para, entre outros, poderem ter acesso a apoios financeiros para a restauração das casas. E, no entanto, a demonstração da viabilidade económica dos projectos é parte obrigatória dos processos de candidatura àqueles apoios.

Partindo do que fica dito, assumimos como plausível a hipótese de que os impactos reconhecidamente pouco significativos que o Turismo em Espaço Rural vem tendo na tão desejada recuperação e redinamização das economias locais são, em muito boa parte, consequência das características socioeconómicas dos proprietários das casas, oficialmente definidas como adequadas a este tipo de actividade e, nessa qualidade, principais beneficiários dos sucessivos programas de apoio financeiro ao sector, que têm sido implementados nos últimos vinte anos. Face a tais características, parece plausível admitir-se que muitos, senão mesmo a maioria, dos proprietários destas casas, dispõem de recursos e as alternativas de vida que lhes permitem secundarizar ou mesmo descartar o interesse económico da exploração turística das mesmas.

Sendo polémico, este argumento é, porém, partilhado por outros observadores, internos e externos, do sector, como é o caso de Ramos<sup>16</sup> (2001: 71) que numa referência explícita à região do Douro, afirma o seguinte: "*O espírito com que as pessoas reformaram as suas casas é realmente uma das situações que tem limitado muito a actividade do Turismo no Espaço Rural. Houve muita gente que recuperou, não com a intenção de transformar o Turismo no Espaço Rural numa actividade, mas sim na recuperação do seu património. Também é importante, mas desvinculou [desvirtuou] o espírito da situação. Das casas que temos na região, há umas que estão muito vocacionadas para a actividade turística e que trabalham lindamente, outras trabalham pior... Há várias casas, com vários 'espíritos' a trabalhar...*"<sup>17</sup>.

Importa, obviamente ressaltar, como faz o autor citado, outras situações que a par do escasso espírito empresarial de muitos titulares de TER, concorrem também para restringir o alcance dos efeitos económicos desta actividade. Entre elas, destacam-se a reduzida escala económica dos empreendimentos, a débil integração e organização da oferta, até constrangimentos externos da mais variada origem e natureza.

---

16 Director da empresa "Quintas do Douro".

17 A ênfase é nossa.

## Anexo

**Quadro 1** N.º de estabelecimentos e capacidade de alojamento de turismo em espaço rural, em 2001, por regiões

Regiões	Turismo de Habitação		Turismo Rural		Agro-turismo		Casas de Campo		Total	
	Nº Est.	Nº Camas	Nº Est.	Nº Camas	Nº Est.	Nº Camas	Nº Est.	Nº Camas	Nº Est.	Nº Camas
Norte	101	1027	135	1100	40	431	7	39	283	2597
Centro	43	455	48	373	27	339	14	63	132	1230
Lisboa e Vale Tejo	41	481	39	348	14	146	1	6	95	981
Alentejo	13	123	34	303	35	385	8	93	90	904
Algarve	3	34	12	118	3	47	1	8	19	207
Madeira	14	116	8	56	1	10	8	82	31	264
Açores	13	135	8	81	2	28	12	49	35	293
Total	228	2371	284	2379	122	1386	51	340	685	6476

Fonte: DGT, *O Turismo no Espaço Rural*, 2001.  
(<http://www.dgturismo.pt/estatisticas/estatisticas.htm>, em 20.09.2002).

**Quadro 2** Evolução da oferta de alojamento de turismo em espaço rural

Modalidades	1990		1996		2000	
	Nº Est.	Nº Camas	Nº Est.	Nº Camas	Nº Est.	Nº Camas
Turismo de Habitação	112	920	181	1850	229	2375
Turismo Rural	86	633	214	1756	280	2347
Agro-turismo	18	160	98	1105	119	1350
Casas de Campo	-	-	-	-	40	221
Total	216	1713	493	4711	668	6293

Fonte: DGT, *O Turismo em 1990*; *O Turismo em 1996*; *O Turismo em 2000*, Lisboa.

## Referências bibliográficas

- Bouquet, M., e M. Winter (1987), *Who from Their Labour Rest? Conflict and Practice in Rural Tourism*, Aldershot, Avebury Press.
- Cavaco, Carminda (1995), "Turismo rural e desenvolvimento local", *As Regiões de Fronteira: Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu*, Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano, 43, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 351-408.
- Cuesta, J. L. G. (1996), "El turismo rural como factor diversificador de rentas en la tradicional economia agraria", *Estudios Turísticos*, 132, pp. 47-61.

- De Poel, R. van (1996), "La stratégie nationale néerlandaise pour le développement rural et son implication au niveau régional et local", *Actas do CELU-ETC [Joint Seminar Rural Tourism: a Solution for Employment, Local Development and Environment]*, Israel, 19 de Junho, pp. 55-62.
- Direcção Geral do Turismo (DGT) (1998), *Factores que Suscitam uma Procura Crescente do TER*, policopiado.
- Direcção Geral do Turismo (DGT) (2002), *Turismo em Espaço Rural*, Guia Oficial, Lisboa DGT e ICEP.
- Fernandez, J. I. P. (1997), "El fomento del turismo rural como base para la diversificación económica en zonas rurales desfavorecidas: los resultados de la Iniciativa Comunitaria LEADER", *Comunicação apresentada à XXIII Reunión de Estudios Regionales — Mundialización, Innovación, Región ArcoMediterráneo*, Valencia, 18-21 de Novembro, Comunicaciones, II, pp. 165-171.
- Franzotti, A. (2002), *Ambiente e Desenvolvimento Rural. Um Estudo sobre o Turismo de Natureza no Parque Natural do Montesinho*, Tese de Mestrado Internacional em Gestão do Desenvolvimento Rural, USC e UTAD.
- Joaquim, G. (1999), "Turismo e mundo rural: que sustentabilidade?", em C. Cavaco (org.), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, CEG, pp. 305-312.
- Kastenholz, E. (2002), *O Papel da Imagem do Destino no Comportamento do Turista e Implicações em Termos de Marketing: O caso do Norte de Portugal*, Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro.
- Oscaroa, Jesús Espinoza (1998), *Turismo Rural: Medicamento Contra el Estrés*, <http://www.concytec.gob.pe/rural/estres.htm>, Janeiro de 2002.
- Pimentel, M. S. (2001), "Turismo de habitação", em APM e AAP (orgs.), *Turismo em Espaço Rural*, Porto, Edições Vida Económica, pp. 59-62.
- Ramos, R. C. (2001), Intervenção no painel "Que Turismo para o Douro? Balanço e Perspectivas". Encontros da Casa da Calçada, Tema 4 — *Douro, Região de Turismo*, Provezende, 29 de Maio de 1999. Em Encontros na Casa da Calçada, O Douro em Debate, Actas II, GEHVID e Círculo Cultural Miguel Torga, pp. 57-108.
- Ribeiro, M. (2001), "Oportunidades empresariais no sector do turismo em regiões do interior de Portugal", *Gestão e Desenvolvimento*, 10, pp. 319-323.
- Ribeiro, M., e L. Mergulhão (1999), "Turismo e desenvolvimento local: a perspectiva dos autarcas", *Comunicação apresentada ao IV Congresso Nacional de Sociologia*, Coimbra, Portugal, Faculdade de Economia, 17-19 de Abril.
- Ribeiro, M., e C. Marques (2002), "Rural tourism and the development of less favoured areas: Between rhetoric and practice", *International Journal of Tourism Research*, 4 (3), pp. 211-220.
- Robalo, F. R. (1998), *Turismo no Espaço Rural: Impacto Sócio-económico no Desenvolvimento Local e Regional*, Tese Mestrado em Estudos Económicos e Sociais, Braga, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, 220 p.
- Rodrigues, A. (1998), "Turismo eco-rural. Interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural", em J. Anécio de Almeida, J. M. Froehlich e M. Reidl (orgs.), *Turismo Rural*

- e Desenvolvimento Sustentável*, RS, Brasil, Centro de Estudos Rurais, Universidade de Santa Maria, pp. 85-96.
- Silva, E. M. (2000), "Apoios financeiros ao turismo em espaço rural". *Turismo em Espaço Rural*, Vida Económica, Porto, pp. 85-90.
- Silva, J. S. (2001), "Una época de cambios o un cambio de época? Elementos de referencia para interpretar las contradicciones del momento actual", *Boletín ICCL*, *Ri-may*, 25, pp. 1-10.
- Simões, Galhardo (2001), "Agro-turismo", em APM e AAP (orgs.), *Turismo em Espaço Rural*, Porto, Vida Económica, pp. 65-72.
- Talavera, A. S. (2002), "Desarrollo y conflictos en torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropología social", em M. Riedl, J. A. Almeida e A. L. Barbosa Vi-ana (orgs.), *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*, Santa Cruz do Sul, Bra-sil, EDUNISC, pp. 7-12.
- Thbal, S. (1996), "Closing presentation", em Actas do CEU-ETC Joint Seminar, *Rural Tourism: a Solution for Employment, Local Development and Environment*, Israel, 19 de Junho, pp. 95-97.
- Umbeilino, J. (1997), "Turismo em espaço rural: da utopia à realidade", em Actas do Encontro *Turismo: Horizontes Alternativos*, Portalegre, Escola Superior de Edu-cação, pp. 175-188.
- Valente, G. C., e M. D. Garcia Ramon (1995), "Mujeres y turismo rural en Cataluña y Galicia: la nueva panacea de la agricultura?", *El Campo*, 133, pp. 221-237.